



Recebido em 31/01/2018

Aceito em 18/07/2018

LEITURAS ECOCRÍTICAS DE JOÃO PAULO BORGES COELHO¹

ECOCRITICAL READINGS OF JOÃO PAULO BORGES COELHO

LECTURAS ECOCRÍTICAS DE JOÃO PAULO BORGES COELHO

Jessica Falconi²

RESUMO:

O artigo aborda a escrita de João Paulo Borges Coelho à luz da ecocrítica da matéria, a mais recente corrente dos Estudos de Ecocrítica, centrada em explorar e iluminar as potencialidades expressivas e narrativas de agentes humanos e não-humanos: corpos, objectos, paisagens, substâncias orgânicas e inorgânicas, bem como as suas configurações nas produções artísticas e literárias. Analisaremos em particular dois textos do autor moçambicano: o conto “Casas de Ferro,” incluído em *Índicos Índicios – Setentrião* (2005) e a novela *Água* (2016).

PALAVRAS-CHAVE: Ecocrítica, “Casas de ferro,” *Água*, Moçambique.

ABSTRACT:

*The article deals with the writing of João Paulo Borges Coelho in the light of Material Ecocriticism, the latest trend in Ecocriticism, centered on exploring and illuminating the expressive and narrative potentialities of human and nonhuman agents: bodies, objects, landscapes, organic and inorganic substances, as well as their configurations in artistic and literary productions. We will analyze in particular two texts by the Mozambican author: the short story “Casas de Ferro,” included in *Índicos Índicios – Setentrião* (2005) and the novella *Água* (2016).*

1 O artigo baseia-se na comunicação apresentada no Congresso “Cartógrafo de Memórias: A poética de João Paulo Borges Coelho”, Clepul-Universidade de Lisboa, 13-14 julho de 2017.

2 Investigadora do Centro de Estudos sobre Ásia, África e América Latina do ISEG (Universidade de Lisboa). Atualmente, é professora visitante na Universitat Autònoma de Barcelona e responsável pelo Centro de Língua Portuguesa/IP Camões, de Barcelona. E-mail: jessica-77@libero.it



KEYWORDS: *ecocriticism, “Casas de Ferro,” Water, Mozambique.*

RESUMEN:

*El artículo aborda la escritura de João Paulo Borges Coelho a la luz de la ecocrítica de la materia, la más reciente corriente de los Estudios de Ecocrítica, centrada en explorar e iluminar las potencialidades expresivas y narrativas de agentes humanos y no humanos: cuerpos, objetos, paisajes, sustancias orgánicas e inorgánicas, así como sus configuraciones en las producciones artísticas y literarias. Analizaremos, en particular, dos textos del autor mozambiqueño: el cuento “Casas de Ferro”, incluido en *Índicos Índicios – Setentrião* (2005) y la novela *Água* (2016).*

PALABRAS CLAVE: *ecocrítica, “Casas de Ferro,” Água, Mozambique.*

Introdução

O objectivo deste artigo é abordar a escrita de João Paulo Borges Coelho à luz das perspectivas teóricas e críticas que escolheram como objeto privilegiado de análise as interações do ser humano com o universo do não-humano: a natureza, o ambiente, a matéria. Referimo-nos aos estudos de Ecocrítica, e em particular, à mais recente perspectiva da Ecocrítica da matéria, centrada em iluminar a *materalidade vibrante* (BENNETT, 2010) do não-humano, a vitalidade expressiva da matéria, bem como as múltiplas interações e contaminações que se dão entre todos os elementos que constituem e ocupam o planeta Terra.

A partir das perspectivas do Novo Materialismo (*New Materialism*, COOLE & FROST, 2010), surgidas no domínio das Ciências Sociais e Humanas, a Ecocrítica da matéria explora as potencialidades expressivas e narrativas de objectos, corpos, elementos, paisagens, substâncias orgánicas e inorgánicas, e suas configurações nas produções artísticas e literárias. Se por um lado os desenvolvimentos mais radicais do Novo Materialismo têm vindo a dar origem a conceitos controversos como o do *pós-humano* (post-human), por outro lado cabe realçar que estas perspectivas são fundamentais por contrabalançarem certas derivas do Pós-estruturalismo que concebem o real como construção exclusivamente linguística e social, retirando estatuto autónomo à matéria e aos corpos. Nesta perspectiva, o Novo Materialismo e a Ecocrítica da matéria, valendo-se também das reflexões elaboradas no seio da chamada *object-oriented ontology* – corrente filosófica de herança heiddegeriana que se opõe ao antropocentrismo – insistem nas forças autónomas, por vezes recalcitrantes, da matéria, apelando para uma visão menos antropocêntrica do mundo. Nas palavras de Diana Cole e Samantha Frost,

We live our everyday lives surrounded by, immersed in, matter. We are our-



selves composed of matter. We experience its restlessness and intransigence even as we reconfigure and consume it. At every turn we encounter physical objects fashioned by human design and endure natural forces whose imperatives structure our daily routines for survival. [...] In light of this massive materiality, how could we be anything other than materialist? How could we ignore the power of matter and the ways it materializes in our ordinary experiences or fail to acknowledge the primacy of matter in our theories? (Coole & Frost, 2012, p. 1)

[Vivemos nossas vidas cotidianas rodeados por e mergulhados na matéria. Somos nós mesmos compostos de matéria. Experimentamos a sua inquietação e intransigência, mesmo quando a reconfiguramos e consumimos. A cada instante, encontramos objetos físicos moldados pelo design humano e resistimos a forças naturais cujos imperativos estruturam nossas rotinas diárias para a sobrevivência. [...] À luz desta materialização maciça, como podemos ser outra coisa senão materialistas? Como podemos ignorar o poder da matéria e as formas através das quais ela se materializa em nossas experiências comuns, ou não reconhecemos o primado da matéria em nossas teorias?]

Considerada como a quarta e mais recente vaga dos estudos de ecocrítica, assinalada pela publicação do volume *Material Ecocriticism* (IOVINO & OPPERMAN, 2014), a ecocrítica da matéria procura ultrapassar o binarismo implícito das metáforas antropomórficas típicas das representações da natureza, apostando na contaminação entre o ‘natural’ e o artificial, o biológico e o social, o humano e o não humano, o real e o textual. A centralidade da ideia de contaminação está no cerne das releituras e reinterpretações do próprio conceito de natureza, já que, no mundo atual, paisagens e espaços são cada vez mais o produto de interferências, hibridações e contaminações entre elementos humanos e não humanos, pelo que se torna problemático aceitar acriticamente o binarismo natural/artificial.

A ecocrítica da matéria, enquanto atitude e modo de ler e interpretar o real, numa perspectiva que é também semiótica, funciona como ferramenta de análise literária na medida em que a literatura operacionaliza e amplifica as interferências entre narrativas da matéria e narrativas humanas, entre corpos e discursos, entre factos sociais e textos. Por outras palavras, a ecocrítica da matéria, de acordo com Serenella Iovino e Serpil Oppermann, propõe examinar quer a matéria nos textos, quer a matéria como texto, no intuito de iluminar o modo como corpos e discursos expressam as suas constantes interações tanto nas representações artísticas quanto na realidade concreta (IOVINO & OPPERMAN, 2012). Mais especificamente, como esclarece Iovino, a ecocrítica da matéria pretende estudar o modo como as interações entre humano e não-humano “produzem configurações de significados e discursos que podemos interpretar como histórias” (IOVINO, 2015, p. 149).

Apesar da ecocrítica da matéria pretender questionar a centralidade do humano na percepção, construção e narração do mundo, é evidente que as narrativas da matéria só podem emergir



através da mediação linguística humana, já que inevitavelmente, como reconhece ainda Iovino, “é através de nós, das nossas representações, metáforas, símbolos e alegorias que a natureza fala” (IOVINO, 2015, p. 103).

À luz destas considerações, uma questão pertinente para a análise literária será, então, que tipo de estratégias colaborativas podem ser utilizadas para que emergjam as narrativas da matéria e as interações destas com as narrativas humanas?

Tentaremos responder a esta pergunta analisando dois textos de João Paulo Borges Coelho (doravante JPBC), nomeadamente, o conto “Casas de ferro,” incluído na colectânea *Índicios* – *Setentrião* (2005), e a novela *Água*, de 2016.

Entre ferro e água

Na escrita de JPBC, o registo das interferências, contaminações e interações entre várias categorias de elementos insere-se numa preocupação ecológica em sentido amplo e constitui, a nosso ver, um aspecto relevante da obra deste escritor. Trata-se de uma preocupação que encontra expressão plena no romance/novela *Água*, publicado em 2016, mas que se esboça também noutros textos do autor, nomeadamente, o conto “Casas de ferro.”

“Casas de ferro” foca a variada humanidade que habita as ruínas de um antigo ‘Grand Hotel’, que evoca de imediato o referente real do Grand Hotel da Beira, um edifício luxuoso construído na década de 1950 sob a égide da administração colonial portuguesa. Símbolo do crescimento económico daquela década, do fomento ao turismo e do suposto cosmopolitismo das elites coloniais, o hotel entrou rapidamente em decadência ainda durante a época colonial. Porém, foi sobretudo após a independência que o Grand Hotel da Beira passou a abrigar uma vasta população desalojada pelos conflitos civis e pela pobreza, em condições de profunda degradação ambiental.

O conto ficcionaliza as ações de despejo por parte das autoridades oficiais, a demolição do Hotel e as conseqüentes reações da população. A descrição que o narrador faz do Hotel no presente da narração aponta para um lugar onde humanos, animais, objectos e substâncias constituem, e partilham, um complexo ecossistema artificial de mútuas contaminações:

Aos candelabros que sobravam, uma poeira fina e antiga corroía-lhes o brilho, embora aranhas diligentes se esforçassem por aperfeiçoar-lhes o rendilhado [...] Nos corredores do piso do meio, por cujas janelas entraram sementes voadoras que acharam espaço no calor e humidade das alcatifas, cresciam árvores pujantes...[...] E no fundo, os habitantes, arfando como os de antigamente, moviam-se curvados menos já por humildade que para evitar um céu obscuro de aguçadas estalactites, humidades e raízes, num mundo de encurralados morcegos voando em círculos à procura de uma saída, de baratas arrastando



lentamente a pesada carapaça, de ratos insolentes. (COELHO, 2005, p. 51)

Se o narrador deixa claro que não era o Povo “quem fabricava toda aquela decadência” tratando-se de um processo há muito inexorável (p. 52), por outro lado ele afirma também que a situação atual releva da incapacidade de a nação lidar com o seu passado: “Mas a que se assistia ali? Sem dúvida a um passado apodrecendo sem ser compreendido nem portanto digerido” (p. 53). Assim, a ligação que se produz entre a degradação ambiental – entendida como um processo longo e inexorável operado por agente não-humanos – e a degradação social do povo, é interpretada pelo narrador como produto de narrativas colectivas de agentes humanos e não humanos, que se entrelaçam e articulam o passado e o presente do hotel.

Autêntico “foco de infecção” (p. 53), aos olhos das Autoridades e dos Empresários, encarregues de encontrar uma solução, o Grand Hotel materializa tanto a doença histórica do passado colonial, quanto a doença social da pobreza pós-colonial. Assim, a degradação material do edifício torna-se expressão real e concreta da degradação simbólica tanto do corpo social da nação, quanto da memória histórica do povo. Não se conseguindo resolver nem a doença social, nem a perda da memória, cabe apenas demolir, com o auxílio da tecnologia, a materialidade do Grand Hotel, e a ‘alteridade sócio-ecológica’³ que ele encerra e representa.

Abandonado o ecossistema híbrido do Grand Hotel, o povo despejado transita para outra matéria. Trata-se do ferro dos navios, dos restos de navios que também remetem para a história e o passado da cidade: o seu porto, as suas atividades comerciais, os trânsitos de pessoas, objectos e substâncias (como o petróleo) pelos portos do Oceano Índico. O povo vai procurar um novo abrigo num enorme petroleiro; num modesto navio de cabotagem, num barco de pesca. O ferro dos navios – que de acordo com as palavras do narrador, muda de cor conforme a luz (p. 55) – encerra no seu próprio estatuto material histórias de travessias, gramáticas de *tenacidade* e *maleabilidade*. As propriedades materiais do ferro associam-se, no conto, à representação das características humanas: associam-se, de facto, à *resistência* e à *dutilidade* do Povo. Como defende Iovino, as formas materiais – orgânicas e inorgânicas – dizem-nos algo sobre o mundo e também sobre nós próprios (IOVINO, 2014).

Por seu turno, o Povo retratado no conto mobiliza estratégias de sobrevivência baseadas também naquilo que podemos definir de *saber ecológico* de cunho popular. De facto, como afirma o narrador, o morador 302 – o líder da resistência popular ao despejo – “só podia falar do que sabia, das promessas e traições do subir e descer das marés, das sombras e do respirar daquelas casas de ferro” (COELHO, 2016, p. 71).

“Estranhos animais” e “camaleónicas moradas” (p. 56), os navios para onde se refugiam

3 Com base na expressão utilizada por Serpil Oppermann ‘alteridade ecológica’ (2015, p.119), acrescento o prefixo ‘sócio-’ para reforçar o argumento da íntima conexão entre degradação social e ambiental retratada no conto.



os despejados são descritos em sua íntima simbiose com outros ‘agentes’ orgânicos e não orgânicos, como “o sal invisível que lhe carcomia o corpo,” ou “os milhões de cracas que traziam agarradas aos costados” (p. 55). De modo semelhante à descrição do ecossistema no interior do Grand Hotel, sublinha-se a propósito dos navios a profunda inter-dependência entre diversas categorias de elementos que, no seu conjunto, formam a possível morada do Povo.

A matéria narrativa faz-se, então, matéria narradora. A estória é movida por um emaranhado de forças humanas e não-humanas, materiais e imateriais, e o mundo descrito espelha os complexos intercâmbios entre distintas forças geradoras: a força da Autoridade e dos Empregados e o correlato tecnológico demolidor; a força da resistência do Povo; a do ferro das embarcações; a da maré, que acaba por despejar também uma parte dos refugiados. O mar Índico participa da história agindo “como um líquido camartelo” (p. 66): a *materialidade vibrante* da natureza adquire uma capacidade de agenciamento comparável à da tecnologia. As opções linguísticas e narrativas de JPBC produzem, assim, uma diluição das fronteiras e dos binarismos entre o ‘natural’ e o ‘artificial,’ o humano e o não-humano, em consonância com os postulados da ecocrítica da matéria.

Já a partir do título, “Casas de ferro” exhibe a materialidade como suporte narrativo que articula problemáticas históricas e sociais, enraizadas no contexto local, e dinâmicas ambientais de mais amplo recorte, que dizem respeito às maneiras de habitar o mundo e às interações salientadas pela Ecocrítica da matéria.

Para esta reflexão, que pretende focar as narrativas da matéria, não deixa de ser significativo salientarmos que o narrador exhibe na narração também a *materialidade* da literatura quando descreve a saída dos moradores do Hotel: “Para onde foram os que não couberam é um mistério que não cabe a esta história desvendar. Saíram-lhe pelos **cantos das páginas** e perderam-se em lugares desconhecidos” (p. 60, sublinhado meu).

Água. Uma novela rural

A novela *Água* parece-nos retomar e reelaborar preocupações de cunho ecológico e social esboçadas no conto intitulado “A força do mar de Agosto,” incluído no volume *Meridião* da colectânea *Índicos Índicios*: o desaparecimento da água – no caso do conto, do mar –; a ansiedade e os conflitos que esta circunstância gera na comunidade; as estratégias de resistência e adaptação do povo; o recurso à tecnologia e à ajuda estrangeira (os vizinhos sul-africanos) para se tentar entender e solucionar o problema.

Trata-se de um conjunto de tropos explorados pelas várias correntes da Ecocrítica e necessariamente declinados de acordo com as dinâmicas culturais, políticas e sociais do contexto local: a relação entre tradição e modernidade, e entre religião e natureza; os efeitos do



desenvolvimento e da dependência; a gestão do Estado pós-colonial, em suas conexões com as políticas globais. Como diversos estudiosos têm vindo a reivindicar, torna-se fundamental articular Estudos de Ecocrítica e Estudos Pós-coloniais na medida em que as problemáticas ambientais em contextos pós-coloniais exigem abordagens históricas e sociológicas que equacionem os efeitos tanto do passado colonial, quanto das lógicas neo-coloniais atuais (TIFFIN & HUGGAN, 2015). O diálogo com as perspectivas pós-coloniais favorece a afirmação de uma ecocrítica ‘situada,’ capaz de articular os diversos níveis das problemáticas ambientais: o local, o regional, o nacional, o global.

Na novela de JPBC, estes tópicos são articulados em duas macro-linhas narrativas que se entrelaçam, interferindo constantemente: por um lado, a narrativa sobre o lugar e a falta de água; por outro, a dimensão privada das relações entre as personagens – os amores, as amizades, os ciúmes. Esta segunda linha narrativa retrata a alteração dos equilíbrios íntimos e sociais dentro de uma comunidade afectada pelas alterações ambientais, revelando um estado geral de saúde marcado pela precariedade. Ao mesmo tempo, o excesso de sentimentos que marca as relações entre as personagens proporciona também outro tipo de leitura: o carácter marcadamente sentimental das relações humanas acaba por sugerir, por contraponto, a ausência frequente de ‘sentimentos’ nas relações entre humanos e não humanos, entre humanidade e ‘natureza.’

O elemento principal e mais imediato que determina estranhamento no leitor de *Água* diz respeito à atribuição às personagens de nomes que ecoam elementos não humanos: Maara, Ervio, Laago, Gaato, Heera, Caana, Floor, Ryo, Laama, Praado. Trata-se de um artifício narrativo que, se por um lado exhibe a dimensão ficcional da literatura, por outro lado revela uma visão ecocrítica que investe na interferência de múltiplas dimensões materiais e imateriais, biológicas e sociais, humanas e não-humanas. Esta visão ecocrítica é amplificada ao longo da novela pelos comentários do narrador, pelos diálogos entre as personagens, mas também através da imagética utilizada na descrição de diversos elementos: “A natureza é um misterioso veículo em movimento” (COELHO, 2016, p. 17); “As canas [...] são flautas espetadas no lamaçal” (p. 11); crianças amarradas nas capulanas são comparadas a pequenas orquídeas penduradas (p. 32); os camiões-cisternas aos embondeiros escuros; o estaleiro a um oásis; a luz dos monitores a uma monótona cascata (p. 37); um grupo de pastores rebeldes a uma lava de ódio; e ainda a seca é descrita como um enxame de abelhas.

“Qual a diferença entre relacionar a natureza com as pessoas ou relacioná-la com as abelhas?” pergunta o narrador (p. 40), sugerindo uma interrogação em torno das estratégias de interpretação e representação da natureza a partir dos processos mentais e da linguagem humana. A escrita, porém, parece veicular uma visão que pretende ultrapassar o antropomorfismo, estabelecendo outros paralelismos e ligações, que remetem para a leitura da matéria, nas suas múltiplas declinações, formas e estruturas, enquanto parte fundamental para a compreensão e a interpretação do mundo.



A leitura e a interpretação da ‘natureza’ estão no cerne dos debates entre duas personagens centrais da novela: Ryo e Laama, dois velhos áugures que «passam metade do tempo a sondar as entranhas da natureza, a outra metade a discutir a interpretação dos resultados» (p. 17). Os debates de Ryo e Laama, de carácter filosófico, religioso e ecológico, acompanham todo o desenvolvimento da novela, exprimindo visões distintas do conceito de natureza. Não será a humanidade parte da natureza? E não serão as estradas traçadas pelos homens também parte da natureza?, pergunta Ryo (p. 52), que aposta numa visão ampla e dinâmica da natureza e das muitas conexões que a compõem, em oposição a Laama, que, por sua vez, vê a natureza como algo imóvel, íntegro e definido, a ser defendido contra a ‘contaminação’ do alheio.

Apesar de exprimirem conceitos distintos de natureza, ambos os áugures procuram enfrentar e interpretar a crise comunitária mobilizando um *saber local* relacionado com o território, baseado na observação da repetição dos fenómenos e na tentativa de prever as mudanças climáticas e os seus efeitos.

Apoiando-se numa forma de saber distinta daquela dos dois áugures, também a personagem de Ervio se preocupa com a leitura e a interpretação dos sinais da natureza a partir do seu gabinete na cidade. Ervio – funcionário numa repartição dedicada aos serviços meteorológicos – encontra-se rodeado pela parafernália da ciência e da tecnologia da previsão, empenhado em medir, registar, reportar. Representa Ervio um saber ‘oficial’ e institucionalizado que, porém, se constrói maioritariamente longe do território, divorciado dos saberes locais: como revela o comentário do narrador, nas repartições da cidade “não é tanto a ideia da sede que atormenta os funcionários, é mais a maneira de a reportar” (COELHO, 2016, p. 185).

Também o Engenheiro Waasser (que em alemão significa ‘água’), o estrangeiro que constrói estradas e pontes – e consome pedras de gelo para arrefecer o seu whisky enquanto o resto da população padece a falta de água – mobiliza o saber técnico e o poder económico para trazer à aldeia camiões cheios de barris de água. O Engenheiro procura soluções contingentes que acabam por aprofundar os conflitos e as desigualdades que a falta de água vai determinando na comunidade. Com os seus equipamentos e o seu dinheiro, a personagem de Waasser convoca o tópico do ‘desenvolvimento’ e a complexa dinâmica da *dádiva* e da *dívida* originada pela ajuda externa. A ambiguidade da ‘ajuda’ emerge, de facto, na divergência de opiniões manifestada pelos dois áugures:

Ryo diz que o Engenheiro é um homem bom. O que importa, acima de tudo, é salvar o povo.

Laama protesta contra tal ingenuidade. Dando de beber ao povo o estrangeiro prende-lhe a alma e, ao mesmo tempo, liberta-se a si próprio.

‘Como assim?’, intriga-se Ryo.

É simples: assim que beber dessa água o povo ficará para sempre devedor a quem a trouxe. Quanto ao estrangeiro, convencer-se-á de que sem ele o povo deixaria de existir. (COELHO, 2016, p. 171-172)



Se nas palavras iniciais do narrador, a água tem “o afã de esbater diferenças” (p. 9), à medida que a crise se instala e se desenrola, torna-se, no diagnóstico do pastor rebelde Praado “uma água inquinada por esta hierarquia malsã” (p. 201).

Por seu turno, o Secretário, é expressão do aparelho administrativo do Estado, e revela as profundas dificuldades da política em organizar e gerir uma resposta à crise, coerente com as várias forças em jogo e, sobretudo, com a comunidade. Também a gestão política acaba por alimentar conflitos e desencontros à volta da escassez de recursos. A crise torna-se o terreno de disputa entre fontes de autoridade distintas: tanto o poder económico quanto o poder político encaram a procura de uma solução como um meio para atingir prestígio junto do povo, como revelam os pensamentos do Secretário: “Embora trazida por ti [refere-se ao Engenheiro], seria a minha água, a minha dádiva. E essa pequena diferença de não mais que meia dúzia de palavras, seria para mim tudo e para ti quase nada” (p. 174).

É evidente que, na novela, a presença de distintos saberes relacionados com a água e a ecologia não se traduz numa *ecologia de saberes*. Este conceito central do pensamento de Boaventura Sousa Santos apela para a convivência e o diálogo entre tipos distintos de conhecimento, de modo a questionar a hegemonia do conhecimento científico. A ecologia de saberes funda-se numa pluralidade epistemológica que reconhece a importância de outros conhecimentos: “conhecimentos populares, leigos, plebeus, ou indígenas” (SANTOS, 2009, p. 25).

Na novela, enquanto Ervio tenta escrever um relatório com dados verídicos sobre a situação da água, o comentário do narrador denuncia a hegemonia, por vezes cega, do conhecimento técnico e científico: “Nem sempre a conclusão a que chega o raciocínio da ciência é sinónimo de justiça ou de verdade” (COELHO, 2016, p. 193).

A falta de diálogo entre os vários saberes em jogo – a ausência de uma ecologia de saberes – espelha-se nas dificuldades de comunicação pessoal entre as várias personagens, mediada pela tecnologia dos telemóveis, que acaba por gerar dúvidas, equívocos e mentiras, fragilizando ainda mais as relações comunitárias.

A presença maciça da técnica e da tecnologia impacta não apenas as relações humanas e sociais, como também a configuração e representação dos ‘ambientes.’ Há uma insistência por vezes onomatopéica nos sons produzidos pelas coisas, como o ruído dos camiões, “o elaborado chilreio” dos telemóveis (p. 19), o ronronar dos processadores, os zumbidos e gemidos das impressoras, sugerindo uma *eloquência* da matéria (IOVINO, 2015, p. 103), do não humano, que interfere, literalmente, nas narrativas humanas.

Os saberes locais, a ciência, a técnica e a tecnologia; a economia e a política; as relações sociais e pessoais, constituem uma rede de forças que agem e interagem na narrativa da natureza. Trata-se de uma rede que encontra o seu nó principal na personagem de Heera.



Misteriosa e indecifrável – provavelmente uma prostituta – Heera é uma mulher marginalizada a nível sócio-económico; é vítima da violência de Laago (outra personagem desestabilizadora das relações comunitárias); é a primeira personagem cuja machamba fica seca, deixando-a desprovida de recursos para fazer frente à escassez trazida pela falta de água. Representando um duplo da personagem feminina principal, Maara, Heera traz no seu próprio corpo os efeitos da crise vivenciada pela comunidade, sendo a personagem mais afectada pela distribuição desigual dos recursos. Parafraseando Serpil Oppermann, o corpo de Heera, enquanto corpo socialmente vulnerável, materializa a interseção entre dinâmicas ambientais, sociais, políticas e culturais (OPPERMANN, 2015).

De facto, é precisamente o corpo de Heera que origina a catástrofe ambiental e humana: é da barriga de Heera que se solta a água que vai submergir e apagar a história e a fisionomia da aldeia. Força e matéria rebelde, no corpo de Heera interseccionam-se e interceptam-se diversos níveis de violência – ambiental, económica e de género, convocando as perspetivas ecocríticas que exploram as conexões e interseções entre opressão da natureza e opressão do corpo das mulheres. Em Heera, o humano e o não humano – o corpo e a água – estão intimamente conectados, remetendo para o conceito de *trans-corporeality* formulado por Stacy Alaimo no âmbito da ecocrítica material: “the time-space where human corporeality, in all its material fleshiness, is inseparable from ‘nature’ or ‘environment’” (ALAIMO, 2008, p. 238). Alaimo define esta noção também como uma autêntica ‘zona de contato’ entre corpo humano e natureza não humana, que se torna espaço epistemológico onde elaborar uma visão menos antropocêntrica do mundo, fundada na consciência das inúmeras contaminações, hibridações e interações entre corpos humanos e agentes, substâncias, matérias não humanas. Trata-se de uma visão ecocrítica que desconstrói a ideia de ‘pureza’ e integridade do corpo humano, já que este se encontra sempre imbricado e contaminado por outras forças – materiais e discursivas.

A partir da rebeldia originada por Heera – mais uma interseção, entre natural e sobrenatural – a água, substância inorgânica, torna-se hidra para impor a sua narrativa material. Se o desenvolvimento narrativo recria a nível ficcional o desequilíbrio ambiental do ritmo seca-cheia em Moçambique (COELHO, 2004), na última parte da novela a escrita torrencial recria, no estilo e na linguagem, o modo como a narrativa da matéria arrasta e apaga as outras narrativas humanas e não humanas inscritas no lugar, sendo arrastados pela cheia corpos, objectos, memórias e identidade:

Sem remorso de ter apagado desta forma tanta coisa, tanta história, tanta obra feita que será necessário refazer, parte a água em busca de outros lugares, fá-lo sem deixar de ficar pois a hidra é una, a hidra não se divide, existe aqui e além toda inteira, em cada bocado ela é inteira, é tudo água, segue já pelo carreiro principal e pelas suas margens dando as curvas que ele e elas dão, e todavia esta ainda aqui na sala de aula (...). (COELHO, 2016, p. 331-32)



Conclusão

Tal como a natureza não se deixa aprender por leituras originadas por saberes distintos e divorciados, assim *Água* parece resistir a leituras alegóricas e metafóricas, às simplificações antropomórficas, convidando-nos a outras estratégias de leituras colaborativas, capazes de realçar múltiplos agenciamentos e diversas narrativas – humanas, não humanas, materiais e sociais.

Tanto no conto “Casas de Ferro” quanto na novela *Água*, uma leitura a partir dos pressupostos da ecocrítica da matéria permite fazer emergir a representação de um lugar e da sua história a partir da articulação de múltiplas narrativas, de mútuas interferências entre forças e eloquências distintas.

Por outro lado, uma leitura ecocrítica destes textos permite salientar também as relações entre preocupação ‘ecológica’ e social, crítica política e reflexão histórica e identitária, sendo estas dimensões as múltiplas facetas das representações proporcionadas por JPBC. Emerge, assim, a complexidade dos problemas ecológicos, as mútuas imbricações entre dinâmicas sociais, políticas e ambientais, bem como o peso do passado colonial e, *last but not least*, as atuais assimetrias do contexto regional. De facto, a relação problemática entre Moçambique e a vizinha África do Sul é um tópico recorrente na obra do autor, em particular, nos textos de ‘preocupação ecológica’ como *Água* e o conto “A força do mar de agosto.”

Sugerimos, ao longo deste artigo, que, ao possibilitar a emergência de múltiplos agenciamentos e eloquências, a ecocrítica da matéria permite-nos elaborar uma visão do mundo mais favorável a uma ‘ecologia de narrativas’ – humanas, não-humanas.

No fim deste itinerário de leitura acabaremos, por vezes, como os antigos moradores despejados do ‘Grand Hotel’: “pequeninos pontos escuros, caganitas de pássaro na imensa folha branca” da literatura (COELHO, 2005, p. 55).

REFERÊNCIAS:

ALAIMO, Staicy. Trans-corporeal Feminism and the Ethical Space of Nature. In S. Alaimo e S. Hekman (eds.). **Material Feminism**. Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press, 2008. p. 237-264.

BENNETT, Jane. **Vibrant Matter. A Political Ecology of Things**. Durham and London: Duke University Press, 2010.

COELHO, João Paulo Borges. **Água. Uma novela rural**. Lisboa: Caminho, 2016.



___ **Índicos Índicios – Setentrião.** Lisboa: Caminho, 2005a.

___ **Índicos Índicios – Meridião.** Lisboa: Caminho, 2005b.

___ Estado, Comunidades e Calamidades Naturais no Moçambique Rural. In Santos, Boaventura Sousa (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** Porto: Afrontamento, 2004.

COOLE, Diana & Samantha FROST (eds.). **New Materialisms: Ontology, Agency, and Politics.** Durham: Duke University Press, 2010.

IOVINO, Serenella, Corpi eloquenti. Ecocritica, contaminazioni e storie della material. In IOVINO, S. e D. FARGIONE (a cura di). **Contaminazioni ecologiche. Cibi, nature e culture.** Milano: LED, 2015. p. 103-118.

IOVINO, Serenella & Serpil OPPERMANN (eds.). **Material Ecocriticism.** Bloomington: Indiana University Press, 2014.

___ Material Ecocriticism: Materiality, Agency and Models of Narrativity, *Ecozon@*, vol. 3, n. 1, 2012. p. 75-91.

OPPERMANN, Serpil. Il corpo tossico dell'altro. Contaminazione ambientale e alterità ecologiche. In IOVINO, S. e D. FARGIONE (a cura di). **Contaminazioni ecologiche. Cibi, nature e culture.** Milano: LED, 2015. p. 119-132.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In SANTOS, B.S. e M.P. MENESES, **Epistemologias do Sul.** Lisboa: Almedina, 2009. p. 23-71.

TIFFIN, Helen; Graham HUGGAN. **Postcolonial Ecocriticism.** London & New York: Routledge, 2015.

